

# EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA: O TEMA CONSUMO CONSCIENTE NO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DE ADAMANTINA/ SP<sup>1</sup>

Janaina Aparecida Pedrozo\*  
Rafael Tavares Alves\*  
Izabel Castanha Gil\*\*

## RESUMO

O presente trabalho de pesquisa tem como objetivo analisar a importância da inserção da Educação Ambiental no programa de Geografia. Visa investigar se o tema consumo consciente é trabalhado pelos professores do Ensino Médio da E E Prof<sup>a</sup>. Fleurides Cavallini Menechino, identificando assim a metodologia utilizada, sua consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), e as dificuldades encontradas pelos professores ao trabalhar com essa temática. E no caso da não abordagem do tema, investigar as causas. Como problematização tenta-se responder: os professores de Geografia da referida escola abordam a temática ambiental em sua prática docente? Qual a metodologia utilizada? Quais são as dificuldades e soluções encontradas? Num primeiro momento procedeu-se a uma investigação bibliográfica sobre o tema. Logo depois, aplicaram-se entrevistas e questionários aos professores, coordenadora pedagógica da escola e aos alunos da segunda série do Ensino Médio, com posterior sistematização e análise dos dados coletados visando a redação final do trabalho. Verificou-se que só se pode mudar a realidade se a conhecermos objetivamente. A Educação Ambiental é uma forma de construir a visão crítica dos alunos. O tema consumo consciente permite levá-los a observar e a compreender os impactos dos seus hábitos de consumo, proporcionando a oportunidade de rever esses hábitos e construir valores que levem a uma relação sociedade natureza mais equilibrada.

**Palavras-chave:** Educação ambiental. Ensino de geografia. Ensino médio. Consumo consciente.

## 1 INTRODUÇÃO

Neste artigo buscou-se analisar se a Educação Ambiental é abordada nas aulas de Geografia no 2º ano do Ensino Médio da EE Fleurides Cavallini Menechino, uma escola pública localizada em Adamantina, interior paulista.

---

<sup>1</sup> Este artigo resulta de trabalho apresentado no V Congresso de Iniciação Científica das Faculdades Adamantinenses Integradas - FAI, o qual foi revisto e modificado para esta publicação.

\* Graduandos do curso de Geografia das Faculdades Adamantinenses Integradas - FAI. Rua Nove de julho, 730. CEP: 17.800.000. Adamantina – SP. E-mail: jana.pedrozo@hotmail.com e rafael\_RTA@hotmail.com

\*\* Professora doutora das Faculdades Adamantinenses Integradas - FAI e orientadora deste trabalho. Rua Nove de julho, 730. CEP: 17.800.000. Adamantina – SP. E-mail: izabelgil.adt@uol.com.br

Diante do cenário atual, a preocupação com o meio ambiente torna-se imprescindível. A educação formal tem um grande papel nesse processo. A Educação Básica, pelas suas características, deve ter incorporado em seus programas tanto os temas quanto as metodologias mais adequadas para o desenvolvimento dessa temática.

Para realização desta pesquisa foram estabelecidos os seguintes objetivos: i) investigar se o tema consumo consciente é trabalhado pelos professores de Geografia do Ensino Médio da Escola Estadual Prof<sup>a</sup> Fleurides Cavallini Menechino; ii) em caso afirmativo, investigar a metodologia utilizada e sua consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais. Em caso negativo, investigar os motivos da não abordagem do tema; iii) entre os professores que trabalham o referido tema, identificar as dificuldades encontradas e as maneiras de superá-las.

Como problematização ficaram definidas: i) Considerando que a temática Educação Ambiental faz parte do programa de Geografia do Ensino Médio, os professores da Escola Estadual Fleurides Cavallini Menechino de Adamantina a abordam em sua prática docente? ii) Em caso afirmativo, qual é a metodologia utilizada? Ela está de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais? Em caso negativo, quais motivos levam a essa omissão? iii) Quais as dificuldades e a solução encontrada pelos professores que abordam a temática do consumo consciente no Ensino Médio?

A metodologia utilizada priorizou a pesquisa qualitativa, valendo-se da técnica do estudo de caso. Para Marli André “as abordagens qualitativas de pesquisa se fundamentam numa perspectiva que concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados” (ANDRÉ, 2005, p. 67).

Para essa autora, o estudo de caso, na pesquisa educacional, tem a finalidade de “focalizar um fenômeno particular, levando em conta seu contexto e suas múltiplas dimensões. Valoriza-se o aspecto unitário, mas ressalta-se a necessidade da análise situada e em profundidade” (Idem, p. 67).

Para o desenvolvimento do trabalho, foram utilizados como instrumentos metodológicos: aplicação de questionários aos alunos, professora de Geografia e coordenadora pedagógica da escola selecionada. Realizou-se também investigação bibliográfica. A partir dos dados coletados, teceram-se comentários e análises sobre o fenômeno estudado.

O artigo apresenta a seguinte estrutura: na primeira parte foram abordados os aspectos teóricos relacionados ao tema; na segunda parte apresentam-se a contextualização do universo de pesquisa e análise dos dados coletados, caracterizando a parte central do trabalho. Por fim,

apresentam-se as considerações finais, destacando-se os resultados e conclusões de toda a pesquisa realizada.

## 2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESFORÇO CONCEITUAL

Desde meados do século XX, a Educação Ambiental – EA - tem conquistado relativo destaque, ganhando apoio de diversas frentes, gerando políticas públicas e leis ambientais, tornando-se visível sua contribuição para mudanças no quadro de destruição do planeta.

A matéria ambiental, pode-se dizer sem medo de errar, foi uma das que promoveram uma mudança mais radical e importante no mundo moderno. Ela foi a responsável pela modificação das percepções do planeta, fazendo que o homem atual despertasse para a grande verdade: a natureza é finita e o uso sem escrúpulos dos recursos ambientais ameaça a vida humana, repetindo-se, por óbvio, o que aconteceu com alguns dos povos da Antiguidade. (RIVELLI, 2005, p. 285).

Diante desse paradigma e das atribuições da Educação Ambiental – Educação aplicada às questões de meio ambiente, tornou-se indispensável à abordagem dessa temática na educação, visando à formação e preparação de cidadãos para a reflexão crítica. A Educação Ambiental, portanto, está direcionada a todos os níveis de ensino, como relata Pelicioni, M. (2005, p. 6):

Conforme o artigo 2º da Lei Federal nº. 9.795, de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”.

Em 1970, a Internacional Union for the Conservation of Nature (IUCN) definiu a EA como “um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, voltado para o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias à compreensão e apreciação das inter-relações entre o homem, sua cultura e seu entorno biofísico”.

A Educação Ambiental, portanto, incentiva a utilização de novas estratégias, métodos e práticas pedagógicas de fortalecimento da consciência crítica, a fim de habilitar pessoas para agir de forma ética. Sua intenção é construir nos alunos a ideia de “preservação” do meio ambiente, e como eles podem contribuir de forma positiva com esse meio. Como relata Reigota, precisamos analisar os problemas ambientais de frente, e cabe à educação o papel de transmitir essa realidade:

Entender a utopia com ingenuidade seria, e é, muito leviano. A nossa utopia está incluída no movimento (nacional e internacional) por uma sociedade (local e global) mais justa e ecologicamente sustentável, escolhemos o espaço político da educação para alimentar, difundir, discutir, elaborar e deglutir as nossas utopias, bem como as alheias. (REIGOTA, *apud* PELICIONI, M., 2005, p.10).

A Educação Ambiental está inserida nos conteúdos curriculares de todas as disciplinas da Educação Básica.

Em relação à educação ambiental inserida no ensino formal, a discussão levada avante no Brasil em anos anteriores já havia incorporado o consenso de que ela deve estar integrada e ser desenvolvida em todas as matérias, numa perspectiva metodológica interdisciplinar. (PHILIPPI JR., 2005, p. 240).

Os professores responsáveis por lecionar essa temática contam com o apoio dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (BRASIL, 1998), elaboradas pelo Governo Federal no final da década de 1990, com a finalidade de orientar a educação e auxiliar o professor, que traz a Educação Ambiental como Tema Transversal. Por sua vez, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo lançou no ano de 2008 uma Proposta Curricular para ser implementada de forma imediata em todas as escolas da rede pública, disponibilizando materiais didáticos, como caderno do aluno e caderno do professor, e capacitação de professores em Educação Ambiental, gerando assim, uma perspectiva interdisciplinar com o propósito de se entender a relação homem natureza.

Aliando-se à luta para preservar o meio ambiente e produzir uma consciência ecológica, a Educação possui papel fundamental, pois é por meio de seus mecanismos, de suas ferramentas e de suas bases teóricas que se consegue a conscientização e possível ação transformadora, como citado abaixo:

Um dos objetivos fundamentais da Educação Ambiental é conseguir que os indivíduos e as coletividades compreendam a natureza complexa do meio ambiente natural e do meio criado pelo homem, resultante da interação de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais, e que adquiram conhecimentos, valores, comportamentos e habilidades práticas para participarem, com responsabilidade e eficácia, da prevenção e solução dos problemas ambientais e da gestão da qualidade do meio ambiente. (PELICIONI, A., 2005, p. 370).

Desse modo, a educação que se aplica hoje deve formar pessoas para mudar o futuro, para gerar um pensamento complexo, que problematize o dia a dia do aluno, bem como seus hábitos de consumo, buscando possibilidades de ações naquilo que ainda pode ser mudado, como a questão ambiental. Segundo Luzzi (2005, p. 383), “(...) É uma educação para o

exercício da cidadania, que se propõe a formar pessoas que assumam seus direitos e responsabilidades sociais, a formar cidadãos que adotem uma atitude participativa e crítica nas decisões que afetam sua vida cotidiana”.

Enfim, a Educação Ambiental é um processo de construção do indivíduo que visa melhoria da qualidade de vida da sociedade e busca mudanças positivas e a integração do cidadão com o meio, exercitando valores necessários para uma vida em sociedade, como: respeito à vida e aos seres vivos e o consumo consciente, ou seja, adquirir apenas o necessário, e nos atentar com a responsabilidade ecológica do produto consumido. Essa mudança só poderá ser praticada a partir do conhecimento teórico e da interpretação da ação humana refletida no meio ambiente.

## **2.1 Educação Ambiental: da origem às políticas públicas**

Desde o início de sua história, o ser humano busca a utilização dos elementos da natureza para facilitar sua sobrevivência, provocando assim relativas transformações. Ao utilizar os recursos naturais, provoca cada vez mais a mudança no cenário ambiental: a transformação do espaço natural para o espaço geográfico, produto da ação humana sobre a natureza. Essa mudança tornou-se mais evidente com o surgimento da indústria, pois a máquina produz manufaturas a partir da transformação de grandes quantidades dos mais diversos elementos da natureza.

O uso cada vez mais frequente dos recursos naturais e os profundos impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente acabaram por ameaçar a vida humana no planeta. Tornou-se, portanto, elementar a criação de leis e políticas públicas para modificar o cenário ambiental. Foi na década de 1960 que se iniciaram as primeiras discussões sobre a Educação Ambiental, como nos mostra Pelicioni:

A educação ambiental (EA) na década de 1960 ainda não estava bem delimitada e, por vezes, era confundida com educação conservacionista, aulas de ecologia ou atividades propostas por professores de determinadas disciplinas, que ora privilegiavam o estudo compartimentalizado dos recursos naturais e as soluções técnicas para os problemas ambientais locais, ora visavam despertar nos jovens um *sensu de maravilhamento* em relação à natureza (PELICIONI, A., 2005, p. 364).

Posteriormente, em 1968, surgiu o Conselho para Educação Ambiental, no Reino Unido. A partir de então começava a se estabelecer a relação causa e efeito provocada pela

sociedade; passava-se, portanto, a refletir sobre as consequências da ação humana provocadas no meio ambiente.

No ano de 1972, ocorreu a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, capital da Suécia, da qual participaram mais de cem países e cerca de 250 organizações não governamentais. Foram focados, principalmente o direito fundamental do cidadão e a vida num ambiente sadio e não degradado. “A questão ambiental deu um grande salto desde a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, que orientou a necessidade do controle da poluição em escala mundial.” (PHILIPPI JR., 2005, p. 221).

Neste mesmo ano a Organização das Nações Unidas – ONU -, criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA -, responsável por promover a conservação do meio ambiente e o uso eficiente de recursos no contexto do desenvolvimento sustentável.

Em 1975, a UNESCO promoveu em Belgrado o Encontro Internacional em Educação Ambiental, criando o Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA, objetivando a abordagem da EA em todas as disciplinas, respeitando-se os interesses locais, regionais e globais, como relata Pelicioni:

Em 1975, em resposta à recomendação nº 96 da Conferência de Estocolmo, foi criado pela UNESCO e pelo PNUMA o Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA (International Environmental Education Programme – IEEP), a fim de promover o intercâmbio de informações e experiências em educação ambiental entre as nações e regiões do mundo, fomentar pesquisa, capacitação de pessoal, desenvolvimento de programas de educação ambiental. (PELICIONI, A., 2005, p. 369)

Nesse mesmo ano, criou-se a Carta de Belgrado, elaborada para promover um programa mundial de Educação Ambiental.

A carta de Belgrado, documento extraído do evento se distinguiu de outras publicações da UNESCO relativas à educação ambiental ao chamar a atenção para a influência da economia internacional sobre a problemática ambiental e ressaltar a necessidade de mudanças radicais no sentido de novos estilos de desenvolvimento. (Idem, ibd., p. 369).

Logo após, em 1977, foi realizada a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em Tbilisi, organizada pela UNESCO com a colaboração do PNUMA. Tornava-se obrigatória a abordagem da disciplina por todos os países constituintes da assembléia. Firmou-se o compromisso de os governos instituírem a EA como área prioritária nas políticas nacionais: “A Conferência de Tbilisi (Geórgia, ex-URSS), em 1977, mostrou a necessidade da

abordagem interdisciplinar e para o conhecimento e a compreensão das questões ambientais por parte da sociedade como um todo” (PELICIONI, M., 2005, p. 05).

A partir de então a EA assume seu verdadeiro significado, através dos movimentos ambientalistas iniciados na Europa e posteriormente no Brasil, como relata Pelicioni:

O verdadeiro sentido da educação ambiental enquanto processo político, até então confundida com Ecologia, começou a tomar vulto na década de 1980, em meio a um grande debate político quando alguns movimentos, entre os quais o estudantil, começaram a reivindicar a democratização do poder no Brasil (...). (idem, ibd., p. 5)

Em 1981, foi sancionada a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto, que dispunha sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, incluindo os objetivos e os métodos da educação, que foi voltada a partir de então para todos os níveis de ensino.

No Brasil, uma política nacional ambiental foi fixada de forma plena, pela primeira vez, em 1981, pela Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981, que definiu os princípios e os objetivos, estabeleceu o Sistema Nacional de Meio Ambiente, bem como um conjunto de instrumentos de gestão a serem aplicados e que atualmente se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento e aplicação. (PHILIPPI JR., 2005, p. 225).

Em 1987, foi realizado o Congresso Internacional sobre Educação e Treinamento, em que foram analisadas as conquistas e dificuldades na área da Educação Ambiental. Constatou-se a necessidade de ampliar o acesso às informações e estratégias para a educação ambiental.

O ano de 1988 foi um marco importante para as questões ambientais no Brasil, pois a Constituição Federal trazia um capítulo dedicado ao meio ambiente, como se verifica abaixo:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (Constituição Federal Brasileira, 1988)

Em 1992, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92. Reuniu os representantes de 172 países, sendo que a maior parte deles assumiu compromissos para com a sustentabilidade ambiental.

Esse documento reforçou os princípios orientadores da educação ambiental firmados anteriormente nos encontros internacionais de educação ambiental e chamou a atenção para as questões relativas ao atual modelo de desenvolvimento econômico e social, propondo inclusive que as comunidades planejem e implementem suas próprias alternativas às políticas vigentes (...). (PELICIONI, A., 2005, p. 375).

A Rio 92, ou Eco 92, foi um encontro realizado na cidade do Rio de Janeiro e contou com a presença de vários países e Organizações Não Governamentais. O objetivo desse encontro era estabelecer uma maneira de conciliar o desenvolvimento econômico dos países sem prejudicar o meio ambiente. Nesse encontro criou-se o conceito de desenvolvimento sustentável. Das discussões realizadas durante a Rio 92, originou-se o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Esse documento continha as principais orientações para as práticas da EA.

No ano seguinte criou-se um programa relacionado às questões do ambiente, denominado como Agenda 21, objetivando uma padronização do desenvolvimento ambiental racional, conciliando métodos de preservação ambiental, justiça social e eficiência econômica.

Com relação à educação ambiental, a Agenda 21, documento extraído do evento, em seu 36º capítulo, intitulado “Programa do ensino, da conscientização e do treinamento”, explicitou a necessidade de reorientar a educação na direção do desenvolvimento sustentável, ampliando-se a consciência pública e o incentivo ao treinamento; propôs também bases para a ação, objetivos, atividades e meios de implementação. (PELICIONI, A., 2005, p. 374).

No ano de 1999, foi promulgada a Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental. Todos os cidadãos passariam, portanto, a ter direito à EA, tornando-a componente essencial da educação nacional.

Após seis anos aguardando ser votada, em 27 de abril de 1999 foi sancionada a Lei Federal nº 9.795, criando a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, dispondo sobre o inc. VI do art. 225 da Constituição Federal, no qual está previsto que incumbe ao Poder Público promover a educação ambiental (EA) em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (idem, ib.).

Como um dos instrumentos previstos na legislação ambiental, a educação ambiental, que antes era desenvolvida apenas pelos departamentos de proteção ambiental, foi acumulando seus conhecimentos técnicos, para posteriormente trabalhar em parceria com as Secretarias de Educação, para que seja garantido o desenvolvimento da EA formal, ou seja, a formação específica que cada cidadão recebe na Unidade Escolar.

Tais estratégias garantiriam um conhecimento sistematizado da EA, em substituição ao senso comum, quando o indivíduo age baseando-se apenas na aprendizagem cotidiana, transmitida pela convivência familiar.

Sendo assim, o aluno passará a reorganizar o significado do desenvolvimento sustentável, relacionando conhecimentos, entre a aprendizagem sistematizada em sala de aula,

e os hábitos de consumo praticados no dia a dia, modificando-os, portanto, de forma reflexiva, como relata Philippi Jr:

(...) a educação, onde se incluem a educação formal, a conscientização pública e o treinamento, deve ser reconhecida como um processo. Esse processo faz com que as pessoas e as sociedades possam atingir seu potencial máximo. Tanto a educação formal quanto a não-formal são indispensáveis na mudança de atitude de cada um, capacitando a avaliar os problemas relativos ao desenvolvimento sustentável e a dedicar-se a sua solução. (PHILIPPI JR, 2005, p. 240).

Não há dúvidas de que por meio de ações pedagógicas críticas e transformadoras, a temática Educação Ambiental está mais próxima de ser incorporada como hábitos e atitudes pelas pessoas. Faz-se cada vez mais necessária a inserção e o aprofundamento dessa temática no processo de ensino e aprendizagem dos alunos em todos os níveis de escolaridade.

## **2.2 O papel da escola na Educação Ambiental**

É papel da Educação Básica fornecer o alicerce teórico para a EA. Faz-se necessário compreender a estrutura a ser seguida, e a função de cada instituição para que o professor na sala de aula trabalhe com essa temática numa harmonia estrutural.

Considerando-se esse paradigma, cabe à Organização das Nações Unidas (ONU), a função de colocar o tema na agenda internacional, para que sejam tomadas as medidas de preservação ambiental em escala mundial, culminando na mobilização e articulação dos governos para a realização das ações nacionais e locais.

Já no Ministério da Educação (MEC), é estabelecida a função de fixar as diretrizes básicas por meio dos PCNs, normatizando as leis e direcionando os métodos de abordagem da Educação Ambiental formal e não-formal.

Às Secretarias Estaduais de Ensino (SEE), cabe buscar mecanismos de estruturação das aulas. No caso do Estado de São Paulo, a Proposta Curricular, busca através do currículo, refletir sobre uma proposta educacional que inclua a relação entre o ensino e a pesquisa. Essa relação é estabelecida através de uma estrutura de apoio ao professor, como a capacitações na área específica e a como formação continuada.

Em seguida, a Unidade Escolar vai implementar a Proposta Curricular. A Coordenação Pedagógica atuará orientando o trabalho do professor, através do apoio à abordagem do tema e da avaliação do trabalho desenvolvido.

Por fim, o professor precisa ter amplo domínio do conteúdo e atualizar-se constantemente. Ao iniciar a abordagem do tema, o professor deve trabalhar com a interdisciplinaridade, ou seja, em conjunto com outras disciplinas e utilizar-se de uma metodologia de ensino adequada, onde haja coerência entre a teoria ensinada na sala de aula e as posturas praticadas, tanto pelos alunos, como por ele próprio.

Se cada um cumprir efetivamente o seu papel, a Educação Ambiental será compreendida em sua plenitude, garantindo assim que sejam alcançados os objetivos propostos e tão necessários à sobrevivência do planeta e suas espécies.

### 3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO MÉDIO

#### 3.1 EE Prof<sup>a</sup> Fleurides Cavallini Menechino: histórico e contextualização

Fundada em 1950, a Escola Estadual Fleurides Cavallini Menechino, situada no município de Adamantina/SP, na avenida Vitório Romanini nº 99, Vila CICMA, possuía, no ano de 2011, um total de 1108 alunos, que são distribuídos em dois períodos, manhã e tarde.

O ensino oferecido engloba o Ensino Fundamental Ciclo II e Ensino Médio e as turmas divididas da seguinte forma: quatro turmas de 6º Ano, seis de turmas de 7º Ano, seis turmas de 8º Ano, e seis turmas de 9º Ano. Já no Ensino Médio, são: quatro turmas do 1º Ano, quatro turmas do 2º Ano e duas turmas do 3º Ano.

Foram selecionados para análise, por meio de entrevista e aplicação de questionário, 50 alunos do 2º ano do Ensino Médio, que são divididos da seguinte forma: 2º A, com 31 alunos; 2º B, com 31 alunos; 2º C, com 29 alunos; e 2º D, com 30 alunos.

Ao que se refere à Educação Ambiental, a Escola Fleurides oferece os subsídios necessários, como relata a coordenadora pedagógica Regina Célia O. Costa, em entrevista concedida no dia 17 de outubro de 2011: “Apoia, estimulando o seu desenvolvimento, dando suporte ao professor para desenvolver as atividades no que for necessário”.

Os alunos que participaram da entrevista foram questionados a respeito de se a temática Educação Ambiental é trabalhada nas aulas de Geografia, sendo que 35 alunos responderam que sim e 15, que não. Em sua maioria os alunos responderam que sim, mas poucas vezes, e somente com exposição oral da professora, que por sua vez, analisa que essa é uma das dificuldades encontradas ao abordar essa temática, e aponta que seriam necessários novos métodos ditos mais concretos, como relata a professora Marlei Borges em entrevista concedida no dia 14 de outubro de 2011: “*Observo que o trabalho de conscientização não*

*tem minimizado os impactos ambientais, talvez trabalhos concretos e interdisciplinares surtiriam mais efeitos”.*

Alguns alunos disseram que já participaram de projetos com essa temática em anos anteriores de sua formação, tornado evidente o papel da EA, e a importância de sua abordagem, como relata o aluno 1 em entrevista concedida no dia 25 de outubro de 2011: “A educação ambiental é de grande importância, pois aprendemos a valorizar e a preservar a natureza e seus recursos naturais, assegurando assim a vida no planeta inclusive a do homem”.

Já a professora Marlei Borges emprega a Educação Ambiental com a função de formar um cidadão consciente: “(...) despertar no educando a importância e necessidade do consumo consciente e mudança de atitudes em seu cotidiano e das possíveis consequências para o meio ambiente e para as futuras gerações”.

Basta agora identificar qual a didática mais adequada para inserir o tema aos alunos: “Acho que não existe uma didática mais ou menos adequada, mais sim a habilidade do professor em tratar esse assunto de maneira que os alunos tenham uma participação ativa em seu desenvolvimento”, cita a coordenadora pedagógica Regina Célia de O. Costa.

Diante dessas informações e da abordagem da EA nas aulas de Geografia, os alunos puderam identificar o conceito de consumo consciente, e de que forma cada cidadão pode contribuir para o desenvolvimento sustentável do nosso país.

O aluno 2, em entrevista concedida no dia 14 de outubro de 2011, assim definiu o consumo consciente: “(...) *é consumir apenas o que se precisa e consumir fazendo o máximo para não degradar a natureza*”.

Sendo assim o aluno pode relacionar o consumo consciente “usar os recursos naturais, sem comprometer as necessidades e aspirações das gerações futuras”, com os seus hábitos de consumo, como por exemplo, economia de água, de energia, o não desperdício de alimentos, não poluir, não degradar o ambiente, enfim, a professora de geografia entrevistada estabeleceu relações com a EA aprendida em sala de aula e o cotidiano do aluno, como relata: “*A educação ambiental deve iniciar no entorno o indivíduo (casa, escola, bairro, classe etc) e ampliar para o macro espaço*”.

Os depoimentos permitem concluir que o aprendizado adquirido em sala de aula e transferido para o cotidiano do aluno.

### 3.2 Identificação do perfil do aluno como consumidor

Em questionários aplicados aos alunos, à professora de Geografia e a coordenadora pedagógica, as opiniões foram divergentes.

Os alunos foram questionados sobre o comportamento na hora do banho. Conforme mostra o gráfico da Figura 1, dos 50 alunos entrevistados, 19 disseram que não se importam com o tempo, pois o banho é algo prazeroso; 16 alunos responderam que procuram ser breves pela exigência de economia por parte dos familiares; e 15 alunos procuram ser breves porque a higiene pessoal pode ser rápida e não há necessidade de consumir muita água. Nota-se, portanto, que apesar dos resultados estarem equilibrados, a maioria dos alunos, não se preocupa com o desperdício da água e do fato de sua futura escassez.

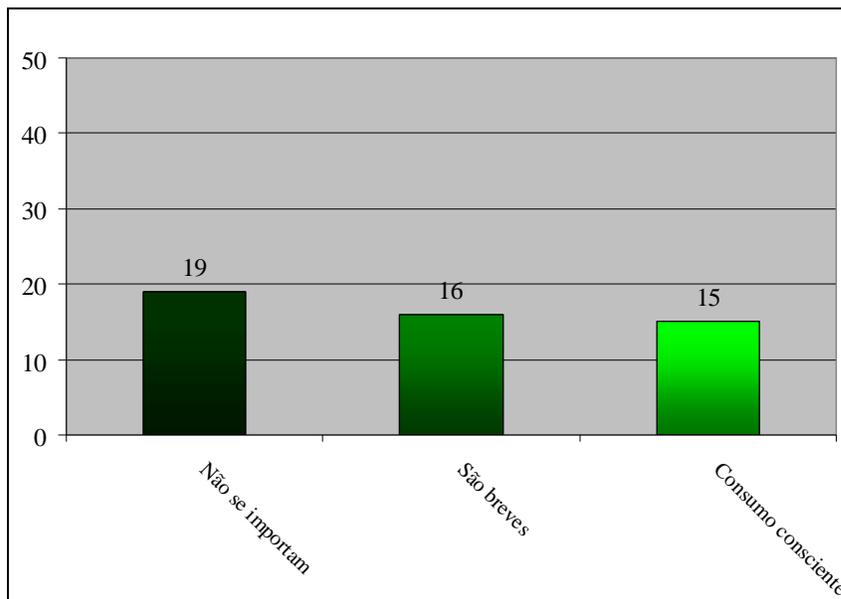


Figura 1. Comportamento durante o banho: uso de água e energia.  
Fonte: PEDROZO e TAVARES, 2011 (Org.)

Na questão da economia de energia, os alunos foram questionados sobre como se comportam à noite, ao sair de um cômodo, em sua casa. Do total de 50 alunos, 35 responderam que apagam a luz sem que ninguém mande; outros 10 alunos disseram que nunca se lembram de fazer isso; e 5 alunos só apagam a luz porque alguém manda (Figura 2). Conclui-se que a maioria dos alunos é consciente quando se trata de economia de energia, fato esse que pode estar relacionado à maior cobrança da família.

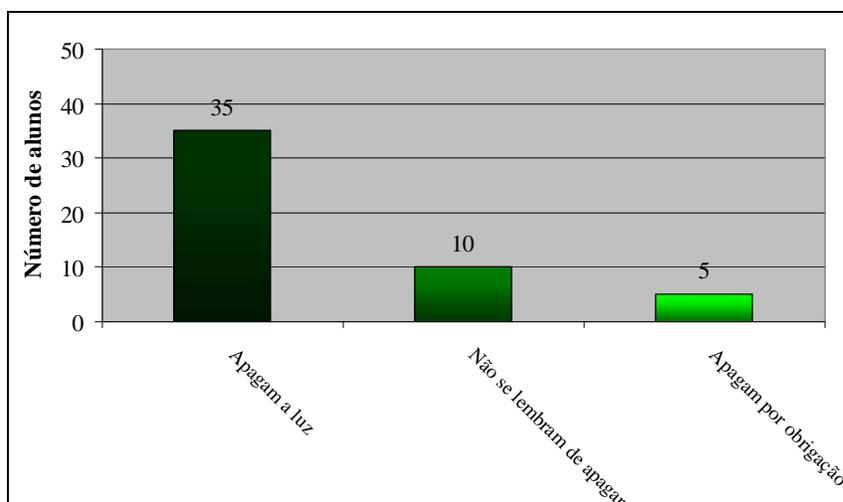


Figura 2: Hábitos de consumo de energia ao sair de um cômodo. Fonte: PEDROZO e TAVARES, 2011(Org.).

Já ao comprar o material escolar, 31 alunos responderam que escolhem o caderno pela beleza da capa; 16 alunos que escolhem o caderno pelo preço, preferencialmente o mais baixo; e apenas 3 alunos disseram que verificam no verso da última capa se a empresa mantém algum programa de responsabilidade social (Figura 3). Verifica-se, portanto, que quando se trata de consumo responsável e não degradação do ambiente os alunos estão mais alheios, em parte, por falta de divulgação de determinados produtos ou até mesmo falta de informação do próprio consumidor.

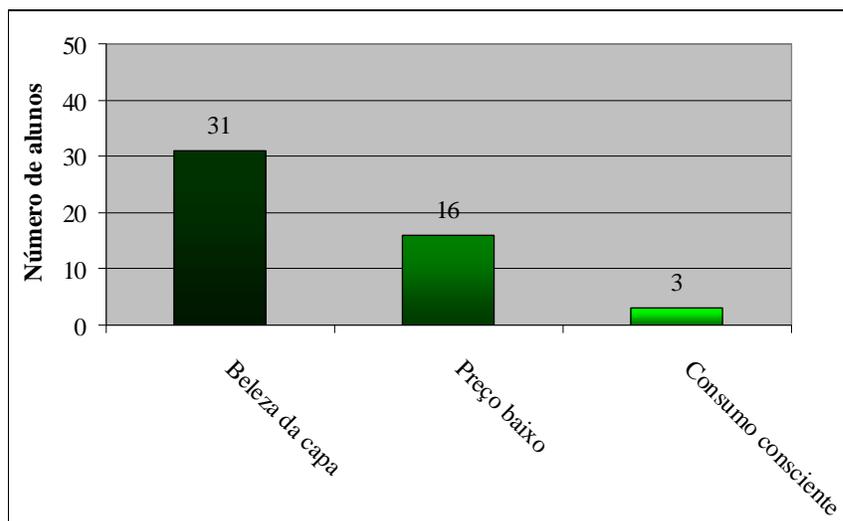


Figura 3: O que os alunos consideram ao comprar cadernos. Fonte: PEDROZO e TAVARES, 2011(Org.).

Relacionado à compra de roupas e calçados, dos 50 alunos entrevistados, 37 responderam que procuram convencer seus pais de que há necessidade de mais algumas peças; outros 20 alunos verificam se há realmente necessidade de uma nova compra; e apenas 2 alunos escolhem produtos confeccionados com matérias-primas que provocam menos impacto ambiental. Também comparando os resultados no gráfico anterior e o seguinte (Figura 4), o número de alunos que afirmam praticar o consumo responsável e que se preocupam com a degradação do meio ambiente é bastante reduzido.

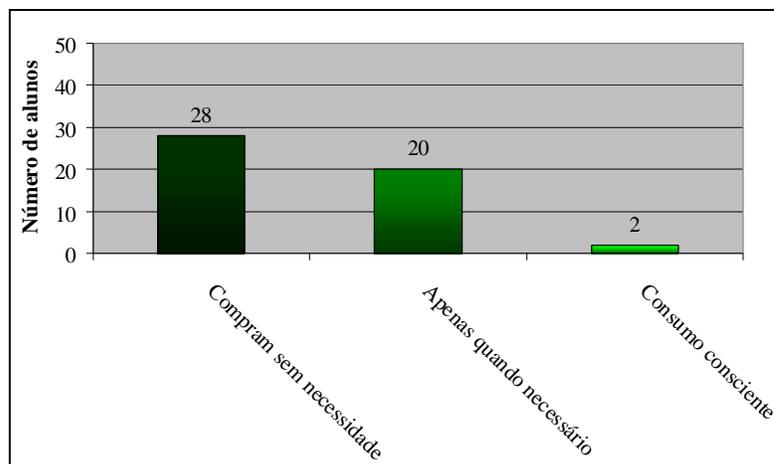


Figura 4: Compras: comportamento pessoal. Fonte: PEDROZO e TAVARES, 2011(Org.).

E, por fim, na questão da alimentação, 37 alunos responderam que colocam no prato apenas o que vão consumir e não deixam sobras; 11 alunos comem apenas o que gostam, independente da observação dos impactos ambientais no processo produtivo; e apenas 2 alunos verificam a origem dos alimentos para se certificar da qualidade nutricional do alimento (Figura 5).

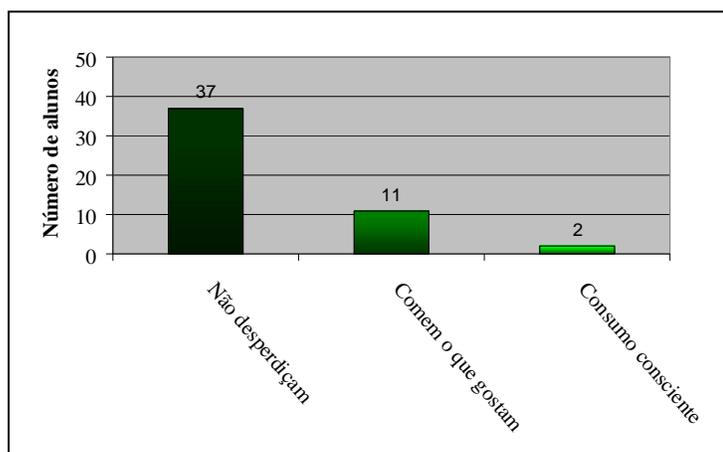


Figura 5: Hábitos alimentares. Fonte: PEDROZO e TAVARES, 2011(Org.).

Reafirma-se a constatação de que os alunos contribuem de forma mais positiva com o meio ambiente quando a questão está relacionada à economia e a valores financeiros, no entanto, quando se trata de aplicar conceitos e conhecimentos adquiridos a partir dos conteúdos propostos e sistematizados pela escola os resultados não são tão satisfatórios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que a Educação Ambiental é trabalhada na Escola Fleurides na disciplina de Geografia, no segundo ano do Ensino Médio. O tema é abordado principalmente por meio da exposição oral da professora. As respostas dos alunos sobre seus hábitos cotidianos atestam a incompletude das aulas expositivas. Consciência ambiental faz-se mais pela prática, do que pela teoria. Durante a fase de formação de hábitos e atitudes isso é ainda mais recorrente.

Uma das maiores dificuldades encontradas ao abordar essa temática é justamente essa: garantir o aprendizado do aluno. A exposição oral tem sido considerada ineficaz pelos professores, que a utilizam muitas vezes pela praticidade e comodidade ao preparar suas atividades.

A mudança pode ser feita com a inserção de novos métodos de ensino, com atividades práticas. Esse é o desafio: contribuir para a mudança ou para a incorporação de hábitos responsáveis de consumo.

Para que sejam alcançados os objetivos de se manter um mundo sustentável o trabalho a ser realizado envolve diversas instâncias e a educação permeará todo esse processo permanente de aprendizado. Tal prática envolve a educação formal, proporcionada pela escola, e a não formal, estendendo-se à família e a toda a sociedade.

# ENVIRONMENTAL EDUCATION CLASSES IN GEOGRAPHY: CONSCIOUS CONSUMPTION IN THE SUBJECT OF A HIGH SCHOOL STATE PUBLIC SCHOOL OF ADAMANTINA/ SP

## ABSTRACT

This research work aims to analyze the importance of integrating environmental education program in geography. Aims to investigate whether the subject is conscious consumption worked by high school teachers Prof. EE. Menechino Fleuride Cavallini, thus identifying the methodology, its consonance with the National Curriculum, and the difficulties encountered by teachers when working with this theme. And in case of not approaching the issue, investigate the causes. How problematic it tries to answer: geography teachers of that school address environmental issues in their teaching practice? What is the methodology? What are the difficulties and solutions found? At first we proceeded to a research literature on the subject. Soon after, they applied to interviews and questionnaires to teachers, educational coordinator of the school and the students of 2nd year of high school, with further systematization and analysis of data collected with a view to writing after work. It was found that only can change the reality that the objective knowledge. Environmental education is a way to build students' critical vision. The theme allows conscious consumption leads them to observe and understand the impacts of their consumption habits, providing the opportunity to review these habits and values that lead to building a relationship a more balanced society.

**Keywords:** Environmental education. Teaching of geography. Conscious consumption. Sustainability.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liberlivro, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/geografia.pdf>>. Acesso em: 02/06/2011.

LUZZI, Daniel. Educação ambiental: pedagogia, política e sociedade. *In: In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria C. F. (Orgs.). Educação ambiental e sustentabilidade*. 1ª ed. Barueri: Manole, 2005, p. 381-411.

PELICIONI, Maria C. F. Bases políticas, conceituais, filosóficas e ideológicas da educação ambiental. *In: In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria C. F. (Orgs.). Educação ambiental e sustentabilidade*. 1ª ed. Barueri: Manole, 2005, p. 3-12.

PELICIONI, Andréa Focesi. Movimento ambientalista e educação ambiental. *In: In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria C. F. (Orgs.). Educação ambiental e sustentabilidade*. 1ª ed. Barueri: Manole, 2005, p. 353-379.

PHILIPPI JR., Arlindo. Política e gestão ambiental: conceitos e instrumentos. *In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria C. F. (Orgs.). Educação ambiental e sustentabilidade*. 1ª ed. Barueri: Manole, 2005, p. 217-256.

RIVELLI, Elvino Antonio Lopes. Evolução da legislação ambiental no Brasil: políticas de meio ambiente, educação ambiental e desenvolvimento urbano. *In: In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria C. F. (Orgs.). Educação ambiental e sustentabilidade*. 1ª ed. Barueri: Manole, 2005, p. 285-302.

Artigo recebido para avaliação em 17/04/2012 e aprovado para publicação em 18/07/12.